

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CENTRO DE PESQUISA EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA - CEPCON  
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE EM IFRS E CONTROLADORIA**

**JUSSIMARA MARTINS DE MORAES**

**ABORDAGEM AO CPC 10 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES (*STOCK  
OPTIONS*) – NAS EMPRESAS DO SETOR DE TECNOLOGIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO**

**BELO HORIZONTE**

**2017**

**JUSSIMARA MARTINS DE MORAES**

**ABORDAGEM AO CPC 10 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES (*STOCK  
OPTIONS*) – NAS EMPRESAS DO SETOR DE TECNOLOGIA**

Trabalho de Conclusão Curso de Pós Graduação  
apresentado como requisito parcial à obtenção do  
título de Especialista em Contabilidade em IFRS e  
Controladoria da Universidade Federal de Minas  
Gerais – UFMG – Campus de Belo Horizonte.

Orientador: Prof. João Estevão B. Neto

**BELO HORIZONTE**

**2017**

Ministério da Educação  
**Universidade Federal de Minas Gerais**  
Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria -  
CEPECON  
Especialização em Contabilidade em IFRS e Controladoria

### **TERMO DE APROVAÇÃO**

ABORDAGEM AO CPC 10 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES (*STOCK  
OPTIONS*) – NAS EMPRESAS DO SETOR DE TECNOLOGIA

**Jussimara Martins de Moraes**

Dedico este trabalho aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, e a minha família, pelo tempo a mais que gostaria de ter passado com ela que em razão da distância não ser possível.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes” Marthin Luther King

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente, razão que pela fé que faz eu jamais desisto daquilo que realmente quero, pois o tempo da oposição é sempre menor do que minha capacidade de perseverar, pois a pessoa que tem grandes sonhos é mais forte do que aquela que possui todos os fatos.

À minha família, especialmente minha mãe, merecedora de toda minha admiração e amor, pelos anos de dedicação e os de sacrifícios que suportou para me ajudar a crescer, meu pai e irmãos, pelo incentivo e o carinho.

A uma pessoa especial que tenho em minha vida, que acredita em mim, me incentivando sempre, a nunca desistir.

Aos amigos pela força, carinho e compreensão, pois por alguns momentos em foi preciso abster-me do convívio em razão dos estudos.

Aos professores do curso de Especialização em IFRS e Controladoria Contábeis, que durante o curso, propuseram repassar o conhecimento, que contribuiu para minha formação.

Aos meus colegas de turma, pela convivência e a amizade que espero permanecer.

A Universidade Federal de Minas Gerais, pela oportunidade de proporcionar um ensino de qualidade e estrutura excelente.

Ao professor João Estevão Barbosa Neto, pela disponibilidade a fim de orientar e contribuir para a elaboração deste trabalho.

Aos meus gestores e colegas de trabalho pelo apoio.

Sou grata também, a todos que de certa forma, mesmo indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho!

## RESUMO

MORAES, Jussimara Martins de. Abordagem ao CPC 10 – Pagamento baseado em Ações (STOCK OPTIONS). 2017. número de folhas. **Trabalho de conclusão do curso de Especialização em IFRS e Controladoria Ciências Contábeis.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Este trabalho apresenta uma abordagem em relação utilização das normas contábeis no Brasil e sua aplicação quanto a convergência as normas internacionais - *International Financial Reporting Standards-IFRS*), e tem por objetivo estudar esta relação de aplicação, conforme adoção e tradução realizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), este que tem pôr a atribuição elaborar os pronunciamentos contábeis brasileiros em conformidade com as normas internacionais, conforme estabelece a Lei nº 11.638/07. Foi selecionado como base para o estudo, as empresas brasileiras do Setor de Tecnologia, que evidenciaram nas suas demonstrações contábeis, no ano de 2016, utilizar como forma de remuneração aos seus colaboradores o pagamento baseado em ações. Ainda é apresentado através de pesquisa a análise, nas notas explicativas, quanto a forma de divulgação realizada pelas empresas, verificando-se se estão em acordo com as normas internacionais de contabilidade, apresentadas conforme CPC 10. Na análise, é possível evidenciar o critério de reconhecimento, mensuração e divulgação por parte das empresas. Como resultado identificou-se que as empresas não divulgam em total acordo as regras definidas pelo CPC 10, sugerindo a elas a importância em adequar-se corretamente, para a divulgação completa o das informações aos seus usuários.

**Palavras-chave:** CPC 10, remuneração, empresas, pagamento baseado em ações.

## ABSTRACT

MORAES, Jussimara Martins de. Abordagem ao CPC 10 – Pagamento baseado em Ações (STOCK OPTIONS). 2017. número de folhas. **Trabalho de conclusão do curso de Especialização em IFRS e Controladoria Ciências Contábeis.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

This paper presents an approach regarding the use of accounting standards in Brazil and its application to convergence of International Financial Reporting Standards (IFRS), and aims to study this relationship of application, as adopted and translated by the Pronouncements Committee (CPC), which has the authority to prepare the Brazilian accounting pronouncements in accordance with international standards, as established by Law No. 11,638 / 07. It was selected as the basis for the study, the Brazilian companies of the Technology Sector, which evidenced in their financial statements, in the year 2016, to use as payment form to their employees the payment based on shares. The analysis is also presented in the explanatory notes, regarding the form of disclosure made by the companies, verifying if they are in accordance with the international accounting standards, presented according to CPC 10. In the analysis, it is possible to highlight the criterion of recognition, measurement and disclosure by companies. As a result, it was identified that the companies do not disclose in full agreement the rules defined by CPC 10, suggesting to them the importance of being properly adapted, for the full disclosure of the information to its users.

**Keywords:** CPC 10, compensation, corporate, share-based payment.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>TEMA E PROBLEMA.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>11</b>
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
<b>1.3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 PLANO DE PAGAMENTO POR AÇÕES .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 PRONUNCIAMENTO CPC 10 .....</b>	<b>15</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO .....</b>	<b>26</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>6 REFERENCIAS.....</b>	<b>34</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## TEMA E PROBLEMA

Verificando a utilização das normas contábeis no Brasil e sua aplicação quanto à convergência as normas internacionais - *International Financial Reporting Standards-IFRS*), percebe-se a necessidade de estudar esta relação de aplicação, conforme adoção e tradução realizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), este que tem pôr a atribuição elaborar os pronunciamentos contábeis brasileiros em conformidade com as normas internacionais, conforme estabelece a Lei nº 11.638/07.

Assim, pode-se dizer que a convergência as IFRS apresentam grande relevância aos usuários da informação contábil, empresas e profissionais, uma vez que abrange as necessidades desses interessados. Um exemplo é a norma que estabelece a forma de reconhecimento de pagamento baseado em ações, como forma de remuneração adotada por parte das grandes empresas de capital aberto.

A referida norma é o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 10 (CPC 10). Esse pronunciamento trata das normas a serem seguidas em relação a estas empresas que optam por pagar seus colaboradores por meio de remuneração que utilizam ações e opções de compras de ações da própria empresa. O objetivo deste tipo de pagamento é fazer com que os funcionários sejam motivados a alcançar determinadas metas. Tal fato faz com que esses colaboradores se tornem parte da empresa, proporcionando a oportunidade de lucros na diferença entre o valor de mercado das ações que subscrevem e o valor da subscrição.

O pagamento baseado em ações pretende incentivar os colaboradores a se comprometerem com a valoração da empresa, contribuindo para seus interesses em relação aos dos acionistas. Esta modalidade contribui para igualar objetivos entre empregados e acionistas, pois os mesmos acabam divergindo em algum ponto de vista.

Diante desse contexto, o presente estudo busca verificar como as empresas estão fazendo o reconhecimento e divulgação do pagamento baseado em ações.

Desse modo pretende-se responder ao seguinte questionamento: como é reconhecido e divulgado o pagamento baseado em ações com base no pronunciamento CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (*Stock Options*)?

## **1.2 OBJETIVO GERAL**

Analisar o reconhecimento e divulgação do pagamento baseado em ações nas empresas de capital aberto no Brasil com base no pronunciamento CPC 10.

### **1.2.1 Objetivos Específicos.**

Para ser alcançado o objetivo geral foi subdividido em objetivos específicos, os quais são:

- a) Demonstrar, de acordo com CPC 10, como as empresas de capital aberto, precisam reconhecer e divulgar as suas formas de pagamento baseadas em ações;
- b) Verificar a forma que as empresas reconhecem e divulgam os pagamentos por ações no Brasil;
- c) Realizar a avaliação conforme os critérios de reconhecimento e divulgação pagamentos por ações das empresas de capital aberto no Brasil;

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

Este estudo se justifica pela importância de buscar compreender e conhecer e analisar os procedimentos adotados pelas empresas para reconhecimento, mensuração e divulgação do pagamento baseado em ações. Em especial, ele estabelece que os resultados das transações de pagamentos com base em ações estejam refletidos nos resultados e na posição patrimonial e financeira da entidade, incluindo despesas associadas com transações nas quais opções de ações são concedidas a empregados. A obrigatoriedade nas empresas, em adotar as normas contábeis, conforme sua utilização, tornou-se necessário realizar pesquisas e

estudos, a respeito de traduzir, o entendimento legal dos pronunciamentos, segregando-os por assuntos.

Destaca-se a relevância este estudo, pois pretende acrescentar valor a pesquisa, aos usuários (executivos, administrados e colaboradores) e os demais relacionados à área, no que diz respeito ao conhecimento da CPC 10, na sua abordagem. É possível, ressaltar a importância que tem para as empresas, no que se refere à mensuração de seus resultados, ao optarem pelo pagamento por ações. Ou seja, ao investirem em componentes diversificados de remuneração, almejam manter seus profissionais qualificados e motivados, proporcionando vantagens para ambos, na maximização destes resultados.

Ainda, para o meio acadêmico, este estudo busca rever pelas pesquisas que tratam do tema, incentivar e aprofundar os conhecimentos a respeito, a fim de auxiliar na forma de utilização deste mecanismo, compreendendo desde a sua mensuração, e evidenciação corretas, como também na elaboração de futuros estudos.

#### **1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

A organização do estudo apresenta-se estruturado em cinco partes: O capítulo 1 é composto pela Introdução, onde é tratado: (i) tema e problema; (ii) objetivos; (iii) justificativa e (iv) organização do trabalho. No capítulo 2 é apresentado o Referencial Teórico abrangendo antecedentes ao tema do estudo com os seguintes tópicos: (i) Pagamento por ações; (ii) Pronunciamento CPC 10. No capítulo 3 demonstra-se a Metodologia, evidenciando a classificação e os instrumentos utilizados na elaboração do estudo organizados por: (i) enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) procedimentos para coleta e análise de dados.

No capítulo 4 é abordado a pesquisa e apresenta os seguintes tópicos: (i) análise dos dados; (ii) resultado. E, por fim, no capítulo 5 tem-se a finalização e conclusão do estudo apresentada nas Considerações Finais do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PLANO DE PAGAMENTO POR AÇÕES

Uma forma de remuneração é a variável e está relacionada ao desempenho profissional individual ou de um grupo. Segundo, Bittencourt (2005, p.95) “esse tipo de remuneração deve criar mecanismos de incentivo para o alcance de objetivos e superação de desafios que se colocam periodicamente para as equipes e indivíduos”.

De acordo com Wood Júnior e Picarelli Filho (2004), a remuneração variável começou a ser utilizada no início do século XX, com implementação das linhas de montagem, com o objetivo de extrair o máximo da força de trabalho na execução de tarefas simples.

A remuneração em ações surgiu em decorrência do fato de que a organização deve ser gerida sem vida definida e a sua administração deve ser feita de modo que ela, ao menos, retenha uma parte do valor que produz para continuar a progredir ao longo dos anos. Na continuidade, a companhia deve agregar valor a todos os envolvidos na sua existência, o que explica a aplicabilidade do uso de títulos de propriedade (NUNES, 2008),

As opções são usadas há longa data. Registros indicam seu uso desde as civilizações grega e romana. O embrião da fórmula atual de operações de compra e venda data do século XVII, na Holanda, e depois na Inglaterra imersa na Revolução Industrial. O desenvolvimento da atual forma no mercado financeiro ocorreu nos Estados Unidos da América, principalmente após a crise de 1929 (Gastineau, 1979, e Daigler, 1994).

Relacionada à remuneração, a adoção das opções é mais recente. O registro mais antigo encontrado consta na Chrysler Corp, onde a primeira aprovação dos planos de outorga de opções pelo Conselho de Administração data de 1952 (Smith e Wallace, 1997). No Brasil as primeiras implantações de planos de incentivos em opções de ações datam da década de 1970, adotados pelas empresas norte-americanas instaladas no país, que praticamente copiaram a metodologia então usada para os executivos aqui locados.

Passagens que demonstram quanto este tipo de incentivo tomou espaço no ambiente corporativo constam de Catanach (2003) e Rosen (2002), nas quais descrevem que, de exclusivos para executivos-sênior das grandes companhias, estes planos durante a década de 1990 tiveram um crescimento vultoso, acreditando-se que mais de 10 milhões de empregados, incluindo os de nível médio, possuem planos de opções de ações.

Kraizberg et al. (2002, p. 384) citam um estudo de 1997 realizado pelo National Center for Employee Ownership – NCEO<sup>1</sup>, que indica que 17 a 18 milhões de pessoas nos Estados Unidos são beneficiários de planos de incentivos baseados em opções de ações. Esses indivíduos têm recebido um total de mais de US\$ 650 bilhões em ações e que os planos existem em pelo menos 10.000 empresas.

Outros exemplos dos montantes envolvidos são discriminados por Smith e Wallace (1997) e por Weston et al. (1998). Os primeiros, em um estudo envolvendo a Chrysler Corporation, descrevem que o então CEO Lee Iacocca obteve renda anual somente com exercício de opções, no período de 1983 a 1992, variando entre US\$ 2 milhões e US\$ 10 milhões, com um pico de US\$ 13,5 milhões em 1987. Em comparação, a remuneração média total em outras fontes se situou em volta de US\$ 1,5 milhão. Os últimos citam a Disney, onde, em 1995, o então presidente Michael Eisner realizou US\$ 200 milhões em exercício de opções de ações, valor este realizado devido à elevação do preço das ações da Companhia, de US\$ 7,00 a unidade em 1986 para US\$ 64,25 em 1995.

#### Características de pagamento por ações

As práticas contábeis consideram que os gastos referentes à concessão de ações e opções a empregados sejam reconhecidas como despesa com remuneração. Estas práticas contábeis atualmente utilizadas referem-se às normas do FASB, do IASB e pronunciamentos da CVM.

Pode-se definir o pagamento baseado em ações, conforme CPC 10, pag. 23

É a transação na qual a entidade recebe produtos ou serviços em troca de seus instrumentos patrimoniais (incluindo ações e opções de ação), ou na qual a entidade adquire produtos ou serviços e assume a obrigação com o fornecedor desses produtos ou serviços de efetuar o pagamento de montante que é baseado no preço das ações ou outros instrumentos patrimoniais da entidade.

Planos de opções de ações são aqueles em que o empregado tem direito de receber títulos de participação acionária emitidos pela empresa ou o valor da obrigação da empresa para com o empregado condicionado ao valor futuro dos títulos de participação acionária emitidos pela empresa (IBRACON, 2000). Segundo Climeni (2008, p.83).

A opção de ações tem como característica principal: “o direito sem uma obrigação correspondente (...). As opções possibilitam não somente aposta em tendências de preço ou de taxas como também em apostas em volatilidade, independente do sentido de flutuação do valor do ativo-objeto. Além disso, as opções apesar de serem posições em renda variável, possibilitam através de combinação de diferentes tipos com diferentes preços de exercício, a simulação de renda fixa”.

Ainda, a fim de conceituar opção de compra de ações, esta pode ser tratada como um direito de comprar uma quantidade de ações numa data, ou após uma data, no futuro (data de exercício da opção), a um preço fixado na data em que a opção é oferecida (ANTHONY e GOVINDARAJAN, 2002).

Desta forma, compreende-se que este tipo de remuneração está diretamente relacionada com a valoração das ações da empresa no mercado. Portanto o funcionário que adquire participação acionária, conseqüentemente é incentivado a comprometer-se com a empresa, para usufruir dos resultados financeiros futuros.

Portanto, apenas são tratadas como forma de pagamento baseado em ações as transferências de títulos patrimoniais de uma entidade, pelos seus acionistas, para os beneficiados sendo estes empregados, executivos, consultores, fornecedores etc. que fornecerem os produtos e serviços tendo por objetivo remunerar as partes pelos produtos e serviços fornecidos à entidade.

## **2.2 PRONUNCIAMENTO CPC 10**

Esse tópico foi elaborado com base no pronunciamento técnico CPC 10, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 05 de dezembro de 2008,

conforme registro na Ata da 30ª Reunião Ordinária do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Pela convergência das normas contábeis no Brasil em relação às normas internacionais, teve como adoção o CPC 10 para estabelecer a regulamentação quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação desta forma de pagamento aos funcionários das empresas que optam por esta modalidade. Esta norma está relacionada com a norma internacional IFRS 2 - *Share-based Payment*.

#### Objetivo dado pelo CPC 10

Descreve o item 1 do CPC 10, que o objetivo do presente Pronunciamento é estabelecer procedimentos para reconhecimento e divulgação, nas demonstrações contábeis, das transações com pagamento baseado em ações realizadas pela entidade. Especificamente, exige-se que os efeitos das transações com pagamento baseado em ações estejam refletidos no resultado e no balanço patrimonial da entidade, incluindo despesas associadas com transações por meio das quais opções de ações são outorgadas a empregados.

#### Princípios de mensuração para Pagamentos de Ações no CPC 10

Os princípios de mensuração e obrigatoriedade específicas para os tipos de transações de pagamentos baseados em ações são estabelecidos pelo CPC 10 no item 2, onde a entidade deve aplicar este Pronunciamento para contabilizar todas as transações com pagamento baseado em ações, incluindo:

- (a) transações com pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais;
- (b) transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa;
- (c) transações por meio das quais a entidade recebe ou adquire produtos e serviços e cujos termos do acordo conferem à entidade ou ao fornecedor desses produtos ou serviços a liberdade de escolha da forma de liquidação da transação, a qual pode ser em caixa (ou outros ativos) ou mediante a emissão de instrumentos patrimoniais.



## Reconhecimento da forma de Pagamento por Ações

Quanto ao reconhecimento da forma de pagamento por ações, o CPC no seu item 7, apresenta:

A entidade deve reconhecer os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a entidade deve reconhecer o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou deve reconhecer um passivo, se os produtos ou serviços forem adquiridos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (ou com outros ativos).

Para os funcionários que tenham o seu pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos, o item 10 do CPC dispõe:

Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, a entidade deve mensurar os produtos ou serviços recebidos, e o aumento correspondente no patrimônio líquido, de forma direta, pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos, a menos que o valor justo não possa ser estimado com confiabilidade. Se a entidade não consegue mensurar com confiabilidade o valor justo dos produtos e serviços recebidos, ela deve mensurar os seus respectivos valores justos, e o correspondente aumento no patrimônio líquido, de forma indireta, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Mensuração do pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais.

Para realizar a mensuração na forma de pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais, o CPC 12, afirma no seu texto que, via de regra, ações, opções de ações ou outros instrumentos patrimoniais são outorgados aos empregados como parte do pacote de remuneração destes, adicionalmente aos salários e outros benefícios. Normalmente, não é possível mensurar, de forma direta, os serviços recebidos por componentes específicos do pacote de remuneração dos empregados. Pode não ser possível também mensurar o valor justo do pacote de remuneração como um todo de modo independente, sem se mensurar diretamente o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Ademais, ações e opções de ações são, por vezes, outorgadas como parte de acordo de pagamento de bônus, em vez de serem outorgadas como parte da remuneração básica dos empregados. Objetivamente, trata-se de incentivo para que os empregados permaneçam nos quadros da entidade ou de prêmio por seus esforços na melhoria do desempenho da entidade.

Ao beneficiar os empregados com a outorga de ações ou opções de ações, adicionalmente a outras formas de remuneração, a entidade visa a obter benefícios marginais. Em função da dificuldade de mensuração direta do valor justo dos serviços recebidos, a entidade deve mensurá-los de forma indireta, ou seja, deve tomar como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Aplicação da mensuração pelo valor justo no pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais

O CPC 10, em seu apêndice define valor justo como sendo o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado, um passivo liquidado, ou um instrumento patrimonial outorgado poderia ser trocado, entre partes conhecedoras do assunto e interessadas, em uma transação sem favorecimentos. O item 13 do CPC dispõe no que tange critérios para os fins para a aplicação da mensuração do pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais:

Para fins de aplicação do disposto no item 10 às transações com outras partes que não os empregados, deve haver a premissa refutável de que o valor justo dos produtos ou serviços recebidos pode ser estimado com confiabilidade. Dessa forma, o valor justo destes deve ser mensurado na data em que a entidade obtém os produtos ou em que a contraparte presta os serviços. Em casos raros, a entidade deve refutar essa premissa porque ela não consegue mensurar com confiabilidade o valor justo dos produtos ou serviços recebidos, quando então deve mensurar os produtos ou serviços recebidos, e o correspondente aumento do patrimônio líquido, indiretamente, ou seja, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, mensurados na data em que a entidade obtém os produtos ou a contraparte presta os serviços.

Também no item 17 do CPC, se tratando de transação mensurada com base no valor justo do instrumento patrimonial outorgado, define que se os preços de

mercado não estiverem disponíveis, a entidade deve estimar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados utilizando técnica de avaliação para estimar a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação sem favorecimentos, entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar.

A técnica de avaliação deve ser consistente com as metodologias de avaliação generalizadamente aceitas para precificar instrumentos financeiros, e deve incorporar todos os fatores e premissas que participantes do mercado, conhecedores do assunto e dispostos a negociar, levariam em consideração no estabelecimento do preço (sujeito às exigências dos itens 19 a 22).

#### No pagamento baseado em ações liquidadas em caixa

No pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, o item 30, do CPC 10 trata do pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, em texto afirma que para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa a entidade deve mensurar os produtos ou serviços adquiridos e o passivo incorrido por meio do valor justo do passivo. Até que o passivo seja liquidado, a entidade deve remensurar o valor justo do passivo ao término de cada período de reporte e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período.

#### Reconhecimento para pagamento baseado em ações liquidadas em caixa

Para o reconhecimento do pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, o item 32 do CPC 10, dispõe que a entidade deve reconhecer os serviços recebidos, e o passivo correspondente a esses serviços, à medida que os serviços são prestados pelos empregados. Por exemplo, alguns direitos sobre valorização de ações proporcionam a aquisição de direito imediatamente (*vest immediately*), e os empregados não são obrigados a completar determinado tempo de serviço para se tornarem habilitados a receber futuros pagamentos em caixa.

Na ausência de evidência em contrário, a entidade deve presumir que os serviços prestados pelos empregados, em contrapartida aos direitos sobre a

valorização de ações, tenham sido recebidos. Assim, a entidade deve reconhecer imediatamente os serviços recebidos e o passivo correspondente a esses serviços. Se os direitos sobre a valorização de ações não proporcionarem a aquisição de direito (*do not vest*) até que os empregados tenham completado o período de serviço especificado, a entidade deve reconhecer os serviços recebidos e o passivo correspondente a esses serviços à medida que os serviços forem sendo prestados pelos empregados, ao longo desse período especificado.

#### Mensuração do pagamento baseado em ações liquidadas em caixa

Para aplicação de mensuração o item 33 do CPC 10, considera que o passivo deve ser mensurado, inicialmente e ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, pelo valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação de modelo de precificação de opções e considerando os termos e condições sob os quais os direitos sobre a valorização de ações foram outorgados, e na extensão em que os serviços 13 CPC\_10(R1) tenham sido prestados pelos empregados até a data.

#### Pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo

No item 43-A, considera que para transações com pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo, em suas demonstrações contábeis separadas ou individuais, a entidade beneficiária dos produtos ou serviços deve mensurar os produtos ou serviços recebidos como transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais ou como transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, após avaliar:

- (a) a natureza dos prêmios outorgados; e
- (b) seus direitos e obrigações. O montante a ser reconhecido pela entidade beneficiária dos produtos ou serviços pode diferir do montante reconhecido pelo grupo consolidado ou por outra entidade do grupo que esteja liquidando a transação com pagamento baseado em ações.

#### Reconhecimento do pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo

O reconhecimento do pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo se dará conforme orientação mencionada no item 43-C do CPC 10 a entidade que esteja liquidando uma transação com pagamento baseado em ações, quando outra entidade do grupo for a beneficiária dos produtos ou serviços, deve reconhecer a operação como transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, somente no caso de a liquidação se processar por meio dos seus próprios instrumentos patrimoniais. De outro modo, a operação deve ser reconhecida como transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa.

#### Da divulgação do pagamento por ações

De acordo com os itens 44 e 45 do CPC 10, no que cita a divulgação

A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender a natureza e a extensão dos acordos com pagamento baseado em ações que existiram durante o período.

Para tornar efetivo o cumprimento do disposto no item 44, a entidade deve divulgar, no mínimo, o que segue:

(a) descrição de cada tipo de acordo com pagamento baseado em ações que vigorou em algum momento do período, incluindo, para cada acordo, os termos e condições gerais, tais como os requisitos de aquisição de direito, o prazo máximo das opções outorgadas e o método de liquidação (por exemplo, se em caixa ou em instrumentos patrimoniais). A entidade com tipos substancialmente similares de acordos com pagamento baseado em ações pode agregar essa informação, a menos que a divulgação separada para cada acordo seja necessária para atender ao princípio contido no item 44;

(b) a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações para cada um dos seguintes grupos de opções:

- (i) em circulação no início do período;
- (ii) outorgadas durante o período;
- (iii) com direito prescrito durante o período;
- (iv) exercidas durante o período;
- (v) expiradas durante o período;

- (vi) em circulação no final do período; e
- (vii) exercíveis no final do período;
- (c) para as opções de ações exercidas durante o período, o preço médio ponderado das ações na data do exercício. Se as opções forem exercidas em base regular durante todo o período, a entidade pode, em vez disso, divulgar o preço médio ponderado das ações durante o período;
- (d) para as opções de ações em circulação no final do período, a faixa de preços de exercício e a média ponderada da vida contratual remanescente. Se a faixa de preços de exercício for muito ampla, as opções em circulação devem ser divididas em faixas que possuam um significado para avaliar a quantidade e o prazo em que ações adicionais possam ser emitidas e o montante em caixa que possa ser recebido por ocasião do exercício dessas opções.

#### Critérios para a divulgação do pagamento por ações pelo valor justo

Segundo CPC 10, pelo valor justo a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender como foi determinado, durante o período, o valor justo dos produtos ou serviços recebidos ou o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Se a entidade tiver mensurado o valor justo dos produtos ou serviços recebidos indiretamente, ou seja, tomando como referência o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, para tornar efetivo o princípio contido no item 46, a entidade deve divulgar no mínimo o que segue:

- (a) para opções de ações outorgadas durante o período, o valor justo médio ponderado dessas opções na data da mensuração e informações de como esse valor justo foi mensurado, incluindo:
  - (i) o modelo de precificação de opções utilizado e os dados de entrada do modelo, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, vida da opção, dividendos esperados, a taxa de juros livre de risco e quaisquer dados de entrada do modelo, incluindo o método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos do exercício antecipado esperado;
  - (ii) como foi determinada a volatilidade esperada, incluindo uma explicação da extensão na qual a volatilidade esperada foi baseada na volatilidade histórica; e (iii)

se e como quaisquer outras características da opção outorgada foram incorporadas na mensuração de seu valor justo, como, por exemplo, uma condição de mercado; (b) para outros instrumentos patrimoniais outorgados durante o período (isto é, outros que não as opções de ações), a quantidade e o valor justo médio ponderado desses instrumentos patrimoniais na data da mensuração, e informações acerca de como o valor justo foi mensurado, incluindo:

(i) se o valor justo não foi mensurado com base no preço de mercado observável, como ele foi determinado;

(ii) se e como os dividendos esperados foram incorporados na mensuração do valor justo;

(iii) se e como quaisquer outras características dos instrumentos patrimoniais outorgados foram incorporadas na mensuração de seu valor justo;

(c) para os acordos com pagamento baseado em ações que tenham sido modificados durante o período:

(i) uma explicação dessas modificações;

(ii) o valor justo incremental outorgado (como resultado dessas modificações);

(iii) informações acerca de como o valor justo incremental outorgado foi mensurado, consistentemente com os requerimentos dispostos nas alíneas (a) e (b), quando aplicável;

Se a entidade tiver mensurado diretamente o valor justo dos produtos ou serviços recebidos durante o período, a entidade deve divulgar como o valor justo foi determinado, como, por exemplo, se o valor justo foi mensurado pelo preço de mercado para esses produtos ou serviços.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

A pesquisa, conforme o autor Gil (2008), é definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Ainda, afirma que o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. As pesquisas são classificadas de diversas formas, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos. Lakatos & Marconi (2001) consideram que existem, basicamente, três tipos de pesquisa cujos objetivos são diferentes: pesquisa exploratória, descritiva e experimental.

Para Gil (2008) a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. O presente estudo se classifica como descritivo, uma vez que busca demonstrar como é utilizado e evidenciado o pronunciamento técnico CPC 10.

Também para Gil (2008), como estratégia, tem-se a pesquisa documental. Para o autor, este delineamento é muito parecido com a pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma (documental) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

As pesquisas científicas podem ser classificadas, quanto à sua natureza, em dois tipos: qualitativa e quantitativa. Neste estudo é classificada como pesquisa qualitativa. De acordo com Bogdan & Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo.

Já para Creswell (2010, p. 26) define a pesquisa qualitativa como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. O método de pesquisa abrange as questões e os procedimentos que surgem, os dados coletados no ambiente da organização, a



análise dos dados indutivamente estabelecida a partir das peculiaridades para os temas gerais e as interpretações feitas acerca do significado dos dados.

Portanto, em relação à metodologia utilizada na elaboração do estudo, é classificada em como pesquisa descritiva e documental e quanto ao caráter de natureza como quantitativa.

### **3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANALISE DE DADOS**

Os dados coletados para a realização deste estudo foram obtidos a partir de dados secundários. Nesse sentido, a coleta dos dados se deu por meio de pesquisa documental realizada via internet na plataforma BM&FBOVESPA, foram analisadas as Notas Explicativas identificadas nas Demonstrações Contábeis das empresas do Setor de Tecnologia no segmento de Computadores e Periféricos, que publicaram suas demonstrações no ano de 2016, mencionando a opção de ações.

Para a análise dos dados coletados referente a pesquisa, foram utilizados alguns critérios estabelecidos para nortear a extração dos dados e gerar a informação. Como critérios, propôs responder em relação a conceituação, reconhecimento e divulgação por parte destas empresas. São elas: Itautec S.A e Positivo Informática S.A.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO

Ao realizar a pesquisa das empresas que seriam estudadas, optou-se por escolher o Setor de Tecnologia, no seu segmento de Computadores e Periféricos. No total de empresas, duas empresas publicaram suas Demonstrações Contábeis no ano de 2016. Dessa forma, pelo pouco número encontrado, definiu-se como objeto de análise a sua totalidade, e também sendo possível referir-se ao nome quanto as análises dadas. São elas: Itautec S.A e Positivo Informática S.A.

### Identificação

Quanto a identificação, todas as empresas do setor e segmento pesquisados mencionaram em suas notas explicativas, registros de algum tipo de pagamento baseado em Ações. Na Tabela 1, pode-se observar tal situação.

**Tabela 1:** Número de empresas que identificou-se o Pagamnto por ações

Identificação	Quantidade	%
Possuem algum tipo de Pagamento baseado em ações	2	100
Não possuem	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

**Fonte:** autor

Desta forma, pode-se observar que todas as empresas pesquisadas mencionaram o uso da remuneração com base em Ações (*Stock Options*). Sendo que uma delas, Itautec S.A ofereceu o plano de remuneração para seu executivos somente até o ano de 2006, e afirmou em suas notas explicativas que “após o reconhecimento do valor das opções outorgadas, a Companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente no patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade do reconhecimento, pela Companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções não forem exercidas (expirarem) ”.

Já a empresa Positivo Informática, refere-se como sendo um Plano de Compra de Ações, oferecido administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”).

## Mensuração

Na Tabela 2 são demonstrados os critérios da mensuração utilizada para empresas estudadas.

**Tabela 2:** Modelo de Mensuração utilizada pelas empresas

<b>Modelo de Mensuração</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Valor justo registrado pelo Método Linear	1	50
Não divulgada	1	50
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

**Fonte:** autor

Apenas, uma delas apresenta a sua forma de mensuração, conforme suas notas explicativas, a empresa Positivo Informática S.A descreve: “o plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

## Tempo da Opção

No que tange, a menção de definição da duração da opção, percebe-se na Tabela 3.

**Tabela 3:** Definição do tempo da opção

<b>Definição de tempo da opção</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Divulgaram	2	100
Não divulgaram	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

**Fonte:** autor

A empresa Itautec, menciona que a companhia podendo reconhecer a transferência de um componente para outro dentro do seu patrimônio líquido, caso as opções não forem exercidas, ou seja, expiradas.

A outra empresa, estipula condições próprias estabelecidas Conselho próprio. Conforme exposto em seu texto: “Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.”

Reconhecimento como despesa ou valor justo

Para fins de registro, apenas uma das empresas classificou como despesas os pagamentos baseados em ações.

**Tabela 4:** Reconhecimnto pela empresas como despesa ou valor justo

<b>Despesa com Pagamento baseado em ações</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Divulgaram	1	50
Não divulgaram	1	50
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

**Fonte:** autor

A Positivo Informática S.A cita: no final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

Divulgação

O CPC 10 define que, dentre outras divulgações, uma entidade com transações de pagamento baseado em ações deve divulgar a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações para cada um dos seguintes grupos constantes na tabela a seguir:

**Tabela 4:** Posição das ações conforme divulgação nas suas demonstrações

<b>Divulgação da posição</b>	<b>Quantidade</b>
Em circulação no início do período	2
Outorgadas durante o período	1
Com direito prescrito durante o período	0
Exercidas durante o período	1
Expiradas durante o período	0
Em circulação no final do período	1
Exercíveis no final do período	1

**Fonte:** autor

Todas as empresas evidenciaram através de suas notas explicativas, a circulação de ações no início do seu exercício de 2016.

No caso da divulgação de ações outorgadas durante o período, só existiu para a empresa Positivo, quando menciona nas página 62 e 63, item 32 de suas demonstrações, segue texto de sua redação:

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza até 1.756.000 opções de compra de ações (“Plano 2014”), divididas em dois lotes iguais. O primeiro lote poderia ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e o segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. O preço de exercício do primeiro e do segundo lote, corrigido pelo IGPM a partir de 27 de novembro de 2014 é de R\$ 2,61.

Houve uma queda na quantidade de opções, referente ao Plano de 2014 (Lotes 1 e 2) e opções residuais e planos anteriores, num total de 524.000 e 65.990, respectivamente, em função da redução dos beneficiários ou cancelamento dos planos correspondentes a tais opções. Conseqüentemente, houve a transferência da reserva de opções para a reserva de lucros dos valores reconhecidos até o momento referente a tais opções, no valor de R\$ 2.176.

Adicionalmente, durante o exercício de 2016, foram exercidas 493.600 opções, referente ao lote 1 do Plano de 2014, pelo valor de R\$ 1.282, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Conseqüentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 7.193 e R\$ 429, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 5.482.

Em consequência dos eventos acima descritos, o plano de 2014 contempla atualmente 738.3400 opções em aberto:

Figura 1

Programa 2014							R\$ Mil	
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2016	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2016	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2016
1	122.400	2,30	2016	2,61	27/11/2014	0,8696	106	-
2	616.000	2,30	2017	2,61	27/11/2014	1,0116	623	(267)
								<u>(267)</u>

Considerando que as opções em aberto referentes ao Plano de 2014 fossem exercidas em 31 de dezembro de 2016, o efeito em relação ao preço médio de aquisição das ações em tesouraria seria uma perda de R\$ 8.831, conforme abaixo:

Figura 2

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de Aquisição pela companhia	Preço em 31/12/2016	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano 2014/Lote 1	122.400	14,57	2,61	1.464
Plano 2014/Lote 2	616.000	14,57	2,61	7.367
				<u>8.831</u>

Em 30 de junho de 2016 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 1.350.000 opções de compra de ações (“Plano 2016”), divididas em três lotes iguais:

Figura 3

Programa 2016								R\$ Mil	
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2016	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2016	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2016	
1	450.000	1,44	2018	1,45	30/06/2016	0,1533	69	(23)	
2	450.000	1,44	2019	1,45	30/06/2016	0,2200	99	(20)	
3	450.000	1,44	2020	1,45	30/06/2016	0,2889	130	(19)	
								(62)	

O primeiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, o segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e o terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2016 é de R\$ 1,45. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 31 de dezembro de 2016, o efeito em relação ao preço médio de aquisição das ações em tesouraria seria uma perda de R\$ 5.904 para cada lote, conforme abaixo:

Figura 4

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de Aquisição pela companhia	Preço em 31/12/2016	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano 2016/Lote 1	450.000	14,57	1,45	5.904
Plano 2016/Lote 2	450.000	14,57	1,45	5.904
Plano 2016/Lote 3	450.000	14,57	1,45	5.904

Desta forma a empresa Positivo Informática S.A, para fins de divulgação detalhou a quantidade e os preços médios, em todas as situações corridas, e em todos os períodos da validade dos planos.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o reconhecimento e divulgação do pagamento baseado em ações das empresas no Brasil, para um dos seus setores no mercado, com base no pronunciamento CPC 10. Para que o objetivo geral fosse alcançado, foi realizada a pesquisa descritiva e documental, de natureza quantitativa, através da obtenção de informações do Setor de Tecnologia, no seu segmento de Computadores e Periféricos.

Como resultado, foram identificadas nas empresas pesquisadas, que todas mencionaram em suas demonstrações contábeis, a existência da forma de pagamentos baseado em ações.

Porém, o reconhecimento e a mensuração não se encontram totalmente de acordo com o regramento do CPC 10. Somente uma delas apresentou sua forma de mensuração, a empresa Positivo Informática S.A, a qual mensura seu pagamentos pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Ou seja, o valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. Ainda, as empresas relatam o tempo de opção, uma delas demonstra a possibilidade de reconhecer a transferência de um componente para outro dentro do seu patrimônio líquido, caso as opções não forem exercidas, ou seja, expiradas. Já a outra empresa define condições próprias estabelecidas o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Quanto ao reconhecimento como despesa ou valor justo, uma das empresas divulgou corretamente m acordo ao CPC 10.

Percebe-se que ainda é necessário em relação a divulgação nas Notas Explicativas, que a forma de pagamento baseada em ações sejam melhores evidenciadas, cabendo maior detalhamento da sua aplicação em conformidade ao CPC 10, com a finalidade de esclarecer com objetividade aos seus usuários.



Conclui-se diante do resultado obtido por este trabalho a importância de se reconhecer, mensurar e divulgar corretamente, esta forma de remuneração nas demonstrações contábeis, e em acordo ao CPC 10. Pois, muitas empresas nas diversas áreas, adotam o pagamento baseado de ações, como forma de incentivo aos seus colaboradores, visando obter melhores resultados.

## 6 REFERENCIAS

**ANTHONY**, Robert N.; **GOVINDARAJAN**, Vijay. Sistemas de Controle Gerencial. São Paulo: Atlas, 2006.

**BITENCOURT**, C. C. Gestão de Competências e aprendizagem nas organizações. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

**BMFBOVESPA**, Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/>**BOGDAN, R. S.;**

**BIKEN, S.** Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

**CRESWELL**, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.** Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 2, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.gov.br/>

**GIL**, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

**LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.** Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

**WOOD JÚNIOR**, Thomaz; **PICARELLI FILHO**, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

**ROESH, S.** Maria Azevedo. Projeto de estágio e de pesquisa em administração. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007

**MARCELO, G.P.** Pagamento Baseado em Ações: uma abordagem sobre seu o reconhecimento, mensuração e divulgação pelas Companhias listadas na BM&FBovespa. Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso para Bacharel Ciências Contábeis em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração. 2012.